Capítulo 80

O Brasil republicano: a organização do Novo Regime (1889-1894)

No fim do século XIX, Europa e Estados Unidos fervilhavam de novidades em todos os campos. No Brasil, a campanha republicana atiçava os ânimos e colocava em evidência a figura do marechal Deodoro da Fonseca.

Grande amigo do Imperador, Deodoro levantava dúvidas sobre suas reais intenções ao tomar o Quartel-General em 15 de novembro de 1889. Ele pretendia acabar com a Monarquia ou apenas forçar a mudança do Ministério? Parece que o marechal foi, até certo ponto, envolvido pelos acontecimentos. Diante dos fatos, os republicanos, como os militares Benjamin Constant e Sólon Sampaio Ribeiro, teriam no velho e doente chefe a única alternativa para evitar uma revolução, anunciada nas aclamações de civis e militares concentrados no Campo de Santana, no Rio de Janeiro.

O fato é que, enquanto os franceses comemoravam a recém-inaugurada Torre Eiffel, o *Diário Oficial* brasileiro informava, em 16 de novembro de 1889, que estava proclamada a República e havia um Governo Provisório. Salvo pequenos incidentes, não houve reação alguma, nem mesmo grandes manifestações populares de apoio. O povo ficou alheio. O movimento republicano resultara principalmente da ação de grandes proprietários, interessados em ocupar o poder por meio do novo regime. O Exército serviu como força capaz de derrubar a Monarquia, o que foi facilitado pela insatisfação militar diante do governo.

1. O Governo Provisório

Presidido por Deodoro, o Governo Provisório passou a organizar o novo regime. Governou por decretos-lei (atos legislativos do Poder Executivo) até que fosse promulgada a nova Constituição, pois a de 1824 não valia mais. Ainda no dia 16, o governo baniu a família imperial, que deixou o país na madrugada do dia seguinte. O Brasil revogaria o ato em 1921, quando os restos mortais do imperador e da imperatriz foram trasladados para a catedral de Petrópolis.

Estas foram as principais medidas tomadas pelo Governo Provisório:

- escolheu a República Federativa como regime político;
- transformou as províncias em Estados;
- dissolveu as Assembléias Provinciais e Câmaras Municipais e nomeou governadores para os Estados e intendentes para os municípios;
- instituiu a bandeira republicana, que permanece até hoje;
- ofereceu cidadania brasileira aos estrangeiros aqui residentes: a *grande naturalização*;
- convocou a Assembléia Constituinte;
- declarou a separação entre Igreja e Estado, instituiu o casamento civil e a secularização dos cemitérios;
- reformou o Código Penal.

A República começou com turbulências. As correntes republicanas passaram a manifestar suas divergências, que explodiram no Congresso Constituinte. Formou-se um forte grupo de oposição ao autoritário marechal Deodoro, que renunciou.

O Congresso Constituinte, resultado da primeira eleição republicana, instalou-se um ano depois da Proclamação da República: em 15 de novembro de 1890. Tinha por objetivo apreciar o projeto de Constituição elaborado por uma comissão especial, nomeada em dezembro de 1889 pelo Governo Provisório.

2. A Constituição de 1891

A primeira Constituição da República foi promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Estabeleceu como forma de governo o *regime representativo*: o povo exerceria o poder indiretamente, por representantes eleitos em pleito direto por todos os cidadãos do sexo masculino e maiores de 21 anos. O presidente da República seria eleito por voto direto para um mandato de quatro anos.

A Constituição confirmou os Estados e previu, em seu artigo 3º, a transferência da capital para o Planalto Central. Estabeleceu claramente o princípio da Federação, pois a União só poderia intervir nos Estados para manter a ordem, a forma republicana de governo e o cumprimento das leis ou para reprimir invasão estrangeira.

Além dos brasileiros natos e seus filhos, seria considerado brasileiro o estrangeiro que:

- dentro de seis meses não manifestasse desejo de conservar a nacionalidade de origem;
- atendesse às seguintes condições: possuir bens imóveis no país; ter cônjuge brasileiro; ter filho brasileiro.

Os Estados seriam praticamente autônomos: cabia-lhes elaborar suas próprias leis, desde que não entrassem em conflito com as estabelecidas pela Constituição federal; podiam decretar impostos sobre exportações, imóveis, indústrias, profissões e transmissão de propriedades. À União caberiam impostos sobre importações e taxas de correios e telégrafos federais.

A administração pública ficou estruturada em três poderes:

1. **Executivo**, exercido pelo presidente da República, pelo vice-presidente e pelos ministros; nos Estados, o titular do poder era o presidente de Estado, como se chamava o governador na época;

2. **Legislativo**, exercido pelo Congresso Nacional, formado por duas Casas, a Câmara Alta ou Senado e a Câmara Baixa ou Câmara dos Deputados, com titulares eleitos por voto direto; as Assembléias Legislativas exerceriam tal poder no plano estadual;

3. **Judiciário**, cujo principal órgão era o Supremo Tribunal Federal, secundado por juízes e tribunais federais nas diferentes regiões brasileiras; nos Estados, tal poder seria exercido pelos tribunais e juízes estaduais.

3. Dois governos militares

Durante o Império, as províncias não podiam sequer escolher seu governo e dependiam em tudo do poder central. Agora, o regime federativo atribuía muitos poderes aos governos estaduais. Essa autonomia, aliada à diversidade político-econômica entre os Estados, provocou lutas de grupos partidários, cada qual querendo alcançar maior projeção regional e nacional.

O autoritário Deodoro, primeiro presidente, enfrentou dificuldades. Havia a crise econômico-financeira decorrente do *Encilhamento*: fase de grande especulação na Bolsa em conseqüência das facilidades de crédito, da liberdade dos bancos e das emissões exageradas de moeda, medidas com as quais o novo regime pensava estimular a economia.

Resultado: desvalorização da moeda e uma jogatina desenfreada em torno de empresas, muitas delas fantasmas, criadas no papel para atrair a aplicação de fortunas e pequenas economias, perdidas a seguir com as falências que sobrevieram. O que restou foi a desorganização econômica, com efeitos negativos durante várias administrações.

Achando que os parlamentares queriam tirá-lo do governo, Deodoro tentou dissolver o Congresso e proclamar estado de sítio, sem ter poderes constitucionais para tanto. Quase todos os governadores apoiaram o golpe, mas parte das Forças Armadas se opôs, e Deodoro renunciou em 23 de novembro de 1891.

A Constituição era ambígua em relação à renúncia do presidente. Dizia no artigo 42:

> *"Se, no caso de vaga por qualquer causa, da presidência ou vice-presidência, não houverem ainda decorrido dois anos do período presidencial, proceder-se-á a nova eleição."*

O marechal Floriano Peixoto, vice-presidente, deveria então convocar novas eleições. Mas, baseando-se no artigo 1º das disposições transitórias, assumiu o cargo vago. O artigo estabelecia que presidente e vice do primeiro período republicano seriam eleitos pelo Congresso; e afirmava no parágrafo 2º:

> *"O presidente e o vice-presidente, eleitos na forma deste artigo, ocuparão a presidência e a vice-presidência durante o primeiro período presidencial."*

Treze generais exigiram a convocação de eleições presidenciais; civis e outros militares queriam a volta de Deodoro. A uns e outros Floriano puniu: reformou os generais e desterrou civis e outros militares para as fronteiras da Amazônia.

Floriano enfrentou várias revoltas, como a Revolução Federalista do Rio Grande do Sul e a Revolta da Armada em 1893. Ao derrotar as tropas federalistas e as da Armada, os governistas cometeram atrocidades, como fuzilamentos sumários, especialmente em Santa Catarina.

Questões propostas

1. Qual foi a participação popular no processo de Proclamação da República? Que dúvida pairou sobre as intenções do marechal Deodoro da Fonseca?

2. Depois de banir a família imperial, quais foram as primeiras medidas do Governo Provisório, o primeiro da República?

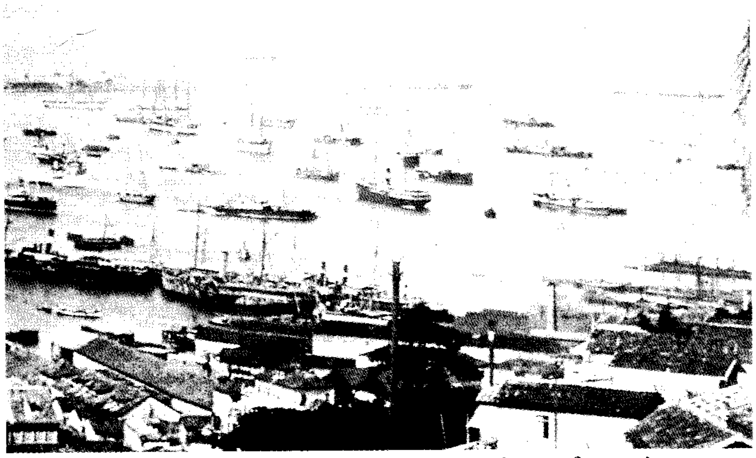
3. Por que a República começou intranqüila?

4. Quais as principais medidas estabelecidas pela primeira Constituição da República em 1891?

5. Que foi o Encilhamento?

6. Por que o primeiro presidente não completou o mandato?

7. Em que condições o vice de Deodoro assumiu o lugar vago com a renúncia? Qual foi a reação de civis e militares?



Um número imenso de navios ficou ancorado em frente às praças da Harmonia e Municipal, Rio de Janeiro, à espera dos acontecimentos durante a Revolta da Armada, em 1893.